



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfr@dabr.com.br

Brasília sitiada

Na noite de segunda-feira, um grupo radical de autodenominados “manifestantes” transformou Brasília em uma praça de guerra. Ameaçou invadir a sede da Polícia Federal, bloqueou pistas, cercou shoppings, atacou com pedras e morteiros, intimidou passantes, incendiou ônibus e carros particulares.

Deixou um rastro de caos e destruição por onde passou.

O surpreendente é que depois da onda de violência desencadeada nenhuma pessoa tenha sido detida. Mesmo com a ordem do governador, segundo noticiou a imprensa, para que “todos os vândalos fossem presos.” Ao que os acontecimentos indicam, as forças de segurança precisam rever as estratégias para enfrentar as ameaças contra o patrimônio individual, o patrimônio público e contra o Estado de Direito.

Peguei um táxi e o motorista teve de fazer uma volta enorme pela

cidade até me levar ao destino solicitado. Ele temia que, ao passar pelos manifestantes, tivesse o carro atingido por alguma pedra, como havia ocorrido com outros veículos nos lugares por onde transitou. Contou que uma cliente que transportava ficou trêmula porque, ao voltar para o hotel, temeu que o carro, deixado no estacionamento, fosse incendiado.

Enquanto isso, as autoridades da República se mantiveram no silêncio mais absoluto como se nada tivesse acontecido. Apenas o silêncio da omissão que, como nos ensina o

padre Antonio Vieira, é um pecado que se faz não se fazendo.

Democracia não pode jamais ser confundida com baderna ou terrorismo, manifestações tipificadas no Código Penal. Brasília está sitiada desde que foi proclamado o resultado da eleição para presidente. Alguns percursos foram interditados e a liberdade de ir e vir ficou comprometida.

Já imaginaram se, depois do jogo em que o Brasil perdeu para a Croácia e foi eliminado da Copa, nós acampássemos em frente ao QG do Exército, acusássemos o VAR eletrônico de fraudulento,

reivindicássemos um VAR de papel e o gol audível? Além disso, pedíssemos uma intervenção militar para destituir a Fifa e alterar o resultado do jogo.

É mais ou menos isso que os autodenominados manifestantes reivindicam, acampados há um mês próximo aos quartéis. E se os professores, os garis, os usuários de transportes públicos ou os motoristas promovéssem uma baderna de tamanha magnitude? Qual seria a reação das forças de segurança? Como será o esquema de segurança para a posse do novo presidente em 1º de janeiro?

FLONA/ Para Procuradoria-Geral da República, legislação que altera os limites da área ambiental do Distrito Federal é inconstitucional por não proteger o interesse da população

Floresta deve ser preservada

» MILA FERREIRA

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, avaliou que a Lei 14.447/2022, que altera limites da Floresta Nacional de Brasília (Flona), é uma “reforma legislativa que incide em retrocesso socioambiental”. A definição consta em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADIn) 7.243. A partir de agora o destino da floresta, que ocupa uma área de 9.346 hectares e engloba territórios de Taguatinga e Brazlândia, está nas mãos dos 11 ministros do tribunal superior. Dentro da área ecológica já existem ocupações irregulares que aguardam uma decisão por parte da Justiça. Não há prazo definido para que o STF se pronuncie sobre o tema.

A norma alterou os limites da Flona e tornou-se objeto de

ação a respeito de sua constitucionalidade movida pelo Partido Verde (PV). Na manifestação, Aras defende que a legislação promove a degradação, além de violar diversos princípios constitucionais como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O partido alega que a lei questionada não respeita o compromisso estatal da proteção adequada e suficiente aos ambientes preservados. A

Flona/Divulgação



Com mais de nove mil hectares a área de preservação ocupa áreas em Taguatinga e Brazlândia

norma discutida amplia uma parcela da unidade de conservação para fins de regularização fundiária. Para o PGR, as “providências que devem ser tomadas pelo poder público na hipótese de supressão e alteração de áreas de demarcação, determinadas pela Constituição, não foram respeitadas”.

A manifestação do procurador-geral esclarece que não é proibido modificações nas normas, ou adequá-las às necessidades do desenvolvimento urbano. Contudo, “a diminuição de patamares de proteção ambiental não dispensa a adoção das devidas cautelas e de medidas compensatórias”.

Inconstitucionalidade

Durante a tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (4CCR/MPF) produziu nota técnica defendendo a rejeição da proposição legislativa. Uma das razões para tal foi a redução em 3,7 mil hectares do território da Flona de Brasília, conferido pelo projeto para resolver conflito antigo de sobreposição com assentamentos e excluindo áreas naturais sem ocupação humana onde ainda existe Cerrado nativo.

O PGR destaca que a ausência

dos estudos prévios e do planejamento necessário para a desafetação da floresta e a falta de preocupação com a efetiva demarcação de novas áreas de proteção — falta reconhecida pelo próprio Ministério do Meio Ambiente — violam princípios básicos e o dever estatal da proteção ambiental. Augusto Aras aponta que não há provas de qualquer iniciativa de tratamento das unidades de conservação, capaz de qualificar a proposta de mudança de finalidade das áreas da Flona.

*Com informações do Ministério Público Federal (MPF)

Informe Publicitário

Brasília
Ano IV - nº 594

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

O CIEE tem milhares de vagas disponíveis. Saiba como se inscrever

Nos próximos meses, o CIEE prevê que mais de 61 mil vagas serão abertas ao redor do Brasil. É o chamado período das vagas sazonais, quando muitos jovens terminam seus cursos e têm seus contratos de estágio e aprendizagem finalizados. Por isso, muitas empresas procuram novos candidatos para essas vagas.



Mas, como ter acesso a essas vagas? Para participar dos processos seletivos é necessário que o jovem realize seu cadastro no Portal CIEE. É fundamental que informações, como CEP, e-mail e número de contato estejam corretos. Na plataforma o usuário ainda contará com cursos e poderá enriquecer o perfil por meio de vídeo apresentação, redação online e teste comportamental. Todas as ferramentas são disponibilizadas gratuitamente. Os interessados podem tirar suas dúvidas por meio do WhatsApp no número (11) 3003-2433, sendo necessário o uso do DDD 11.

Conheça o Portal CIEE através do QR Code abaixo:



Traga a sua vaga de Estágio ou Aprendizagem para o CIEE

www.ciee.org.br 3003-2433

INVESTIGAÇÃO

CRE de Planaltina sob suspeita

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), em conjunto com o Ministério Público do DF (MPDFT), realizaram uma ação que resultou na prisão temporária de seis pessoas suspeitas de desviar verbas com origem em emendas parlamentares destinadas ao Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). O dinheiro, segundo as investigações, serviria para a realização de serviços e compra de materiais por empresas vinculadas a gestores da Coordenação Regional (CRE) de Ensino de Planaltina e por algumas escolas da região.

A operação Hogwarts — alusão a escola da franquia de filmes *Harry Potter* — foi realizada ontem por iniciativa da Delegacia de Repressão à Corrupção (Drcor/Decor). Foi apurado o direcionamento de empresas pela CRE de Planaltina e, além das seis prisões temporárias, a Justiça expediu outros 28 mandados de busca e apreensão, que foram cumpridos nas residências de empresários, servidores públicos vinculados à coordenação educacional. Os policiais realizaram a missão na regional de ensino e dependências das empresas supostamente beneficiadas de forma ilegal, nas cidades de Planaltina, Taguatinga, Asa Norte e Planaltina de Goiás (GO).

Entre os presos, estão os servidores públicos responsáveis pelo emprego e fiscalização das verbas do Pdaf e empreendedores favorecidos com o esquema. O

Reprodução/PCDF



Denúncia envolve servidores, empresários e um assessor da CLDF

Correio apurou que um dos detidos é um assessor parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Na casa dele, a polícia também encontrou uma arma de fogo. Nos outros endereços, os investigadores apreenderam eletrônicos, oito veículos e R\$ 15 mil em espécie.

O esquema

As investigações acerca do desvio começaram há cerca de um ano. A polícia, no entanto, ainda não sabe estimar quanto os suspeitos faturaram com o esquema. Porém, afirma que apenas nesse período de apuração, a verba repassada para Planaltina foi de, aproximadamente, R\$ 6 milhões. Ficou constatado que, após os recursos públicos serem disponibilizados, as empresas investigadas apresentavam, além

dos próprios orçamentos, orçamentos de outros CNPJs supostamente concorrentes, que serviam para dar aparência de legalidade ao procedimento, simulando uma competição.

Algumas das organizações que participavam da falsa concorrência também eram vinculadas entre si, o que é proibido. Os investigadores apuram, ainda, a possibilidade dos gestores das unidades escolares terem recebido pagamento de vantagens indevidas. Os envolvidos podem responder pelos crimes de associação criminosa, estelionato, falsificação de documento, corrupção e lavagem de dinheiro. Em caso de condenação podem pegar até 36 anos de prisão.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Educação do DF, que informou que as investigações seguem em sigilo.